

GESTÃO DAS CIDADES COM BASE NAS REFERÊNCIAS CULTURAIS

LILIAN RODRIGUES DE OLIVEIRA ROSA

Professora titular/ Pesquisadora
IPCCIC / Centro Universitário Barão de Mauá / PPG
PAPP – Unesp.
Rua Malachias José dos Santos, 142, Ribeirão Preto, SP, (Brasil)
CEP: 14076-210.
lilian.rosa2010@gmail.com

ADRIANA SILVA

Pesquisadora
IPCCIC.
Av. João Fiusa, 2051, apto 23, Ribeirão Preto, SP (Brasil) CEP
14024-250.
adrianasilva@ipccic.com.br

ADRIANA SILVA

Pesquisadora
IPCCIC.
Av. João Fiusa, 2051, apto 23, Ribeirão Preto, SP (Brasil) CEP
14024-250. adrianasilva@ipccic.com.br

Resumo

A redemocratização do Brasil e a Carta Constitucional de 1988 abriram novas perspectivas para a construção de políticas públicas participativas e promoveu a ampliação da autonomia do município como ente federativo. Esse processo alterou o papel das cidades e gerou a necessidade de reflexão sobre novas formas de planejamento e de gestão pública com base nas potencialidades e nas singularidades dos municípios sem, contudo, fragilizar a integração com o regional, o nacional e o global. Ao ter que assumir a liderança desse movimento, o município precisa ampliar sua capacidade de dialogar com as necessidades da comunidade e de articular com os demais entes de maneira a fortalecer suas bases. Para realizar com eficiência esse novo papel, é primordial que o município conheça e reconheça suas referências culturais, não mais somente como registro das identidades, mas, sobretudo, como instrumento de gestão da cidade. Diagnosticar a realidade presente passa pelo estudo das relações passadas, o comportamento social do lugar, as explicações dos indicadores que não são autônomos, ou seja, refletem ou refratam condições postas ao longo do tempo. Igualmente, este percurso precisa se dar amarrado a um referencial teórico metodológico que nivele uma base de análise e recomende estratégias de planejamento, diretrizes e propostas coesas a um modelo estabelecido de cidade.

PALAVRAS CHAVES

Gestão Pública; Cidades; Referências Culturais

Abstract

The Brazil's redemocracy and the Constitutional letter of 1988 have opened new perspectives for the construction of participative public policies and have promote the enlargement of the county's autonomy as a federative entity. This process has transformed the role of the cities and generated the need for reflection about new of public planning and management based on the potentialities and singularities of the cities without, however, weaken the integration with what is regional, national and global. By having to take the leadership of this movement, the county needs to enlarge your capacity of dialogue with the needs of the community and of articulate with the other entities in a way of strengthen your bases. For realizing with efficiency this new role, it's primordial that the county knows and recognizes your cultural references, not only as a register of identities, but especially as a tool for the management of the city. Diagnose the present reality goes by the study of the past relations, the place's social behavior, the explanations of the indicators that are not autonomies, in other words, reflect and refract the conditions put over time. Equally, this route needs to be tied to a methodological theoretical referential which levels a base of analysis and recommend strategies of planning, cohesive guidelines and proposes to an established model of city.

KEY WORDS

Public Management; Cities; Cultural References

Introdução

A importância de identificar e reconhecer as referências culturais das localidades para que sirvam como base para políticas públicas municipais é a temática desse artigo. A questão se torna relevante a partir da promulgação da Constituição de 1988, que alçou os municípios à categoria de ente federativo, ampliando sua autonomia. A partir de então, os gestores das cidades enfrentam os desafios de planejar políticas que sejam representativas da diversidade cultural e, ao mesmo tempo, estejam alinhadas a um contexto globalizado, que encaminha as localidades para a necessidade de internacionalização.

Diante disso, um grupo constituído por pesquisadores oriundos de várias áreas e universidades reuniu-se, entre 2014 e 2016, no IPCCIC – Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, visando desenvolver um projeto de pesquisa sobre a importância do diagnóstico de referências culturais como subsídio para políticas públicas municipais.

Para Fonseca (INRC, 2000, p.14) as referências culturais são elementos considerados particularmente importantes para os grupos sociais, aos quais “cada membro do grupo de algum modo se identifica”, relacionando-os a uma representação coletiva. Inicialmente o conceito foi apropriado exclusivamente pela política de preservação do patrimônio cultural, relacionando a diversidade cultural não apenas à produção material, mas “também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos e práticas sociais” (INRC, 2000, p. 13).

Nessa experiência de política pública empreendida pelo MinC houve foi o deslocamento do foco nas instituições para o que pensam os grupos formadores da sociedade brasileira ao identificar o patrimônio imaterial brasileiro. Assim, conhecer as referências culturais que dão forma a diversidade cultural tornou-se elemento de política pública, por meio do INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC, 2000).

O presente trabalho começou a ser desenvolvido a partir da experiência dos pesquisadores com a aplicação do INRC (2000), criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Ribeirão Preto, SP, entre 2009 e 2012. Depois disso, os pesquisadores organizaram o grupo de pesquisa “Memórias, Identidades e Políticas Públicas”. Como um dos projetos foi elaborado o “Patrimônio Cultural nas cidades criativas”, cujos primeiros resultados são apresentados nesse texto.

Na primeira parte do artigo aborda-se o contexto no qual se insere a temática, bem como os conceitos de política pública, desenvolvimento/envolvimento e referências culturais. Na última parte, apresenta-se uma proposta de diretrizes para diagnóstico de referências culturais nos municípios baseada nas primeiras reflexões teóricas e práticas de campo empreendidas pelo grupo de pesquisa.

Objetivos

O artigo tem como objetivo discutir a importância das referências culturais das localidades como base para políticas públicas democráticas. Diante disso, propõe como objetivos específicos:

- (1) Refletir sobre o papel das experiências locais e do reconhecimento das identidades culturais na construção da cidadania plena e de políticas públicas democráticas;
- (2) Apresentar os desafios enfrentados pelos municípios em reconhecer suas identidades diante da descentralização federativa e da crescente demanda pela internacionalização;
- (3) Indicar os resultados parciais de pesquisa que indiquem caminhos para o diagnóstico das referências culturais como base para políticas públicas.

Metodologia

A metodologia empregada tomou por princípio a investigação-ação, na qual se aprimorou a prática “pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela” (Tripp, 2005, p. 446).

Na fase de planejamento, os pesquisadores IPCCIC elaboraram um projeto de oficinas de 8 horas a serem aplicadas em nove diferentes municípios sede da região de Ribeirão Preto, SP, com pessoas ligadas ao setor cultural e à gestão pública. Para cada oficina eram convidados os municípios próximos. Realizada em parceria com a Oficina Cultura do Estado de São Paulo “Candido Portinari”, o projeto atendeu 22 municípios. A atividade foi planejada em duas partes: (1) duas horas dedicadas ao compartilhamento de conceitos-chave, tais como cultura, referências culturais, políticas públicas, entre outros e suas utilizações na gestão municipal; (2) Em um segundo momento, com seis horas de duração, os ouvintes foram convidados a aplicar os conceitos apreendidos em um diagnóstico preliminar sobre as referências culturais do seu município. Os participantes deveriam refletir como as referências culturais identificadas poderiam contribuir para a construção de políticas públicas participativas em outras áreas de atuação do poder público, para além do campo cultural.

A cada uma das oficinas, os pesquisadores monitoravam e descreviam os efeitos da ação nos municípios, avaliavam os resultados de cada oficina e planejavam uma melhora na prática, visando à ação para a melhoria planejada.

1. Referências culturais: matéria-prima para políticas públicas e projetos de cooperação regional e internacional

1.1. Políticas públicas com base no lugar

O Estado formula políticas públicas a partir do princípio que existem determinados domínios da atividade humana nos quais deve intervir, visando o bem comum (Mead, 1995). Para a consecução dessa intervenção

forma-se um “conjunto de atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas e incumbências consideradas de interesses público ou comum”, que definem a administração pública (Bobbio, 1993, p.10). A compreensão desse processo compõe o estudo da dimensão política, cujo objetivo é analisar o governo em relação às demandas da sociedade que, para Rémond (2003) têm aumentado significativamente. Isto pode ser explicado pela ação de grupos variados, que pressionam o governo a “legislar e controlar as mais distintas esferas da vida social, da construção de moradias à difusão da cultura” (Barros, 2005, p.17). É uma equação simples: aumento de demanda gera novas políticas, que resultam em ampliação do aparato do Estado e na crescente especialização intragovernamental em diversas áreas.

Esse movimento é parte de um processo mais amplo, que envolve a transição de uma sociedade de desenvolvimento espontâneo para outra de caráter mais planejado. Para Bresser-Pereira (2001) isto se explica pelo trânsito do Estado oligárquico para o democrático, ocorrido com o final da Ditadura Civil-Militar no Brasil e com a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, quando ocorreram sensíveis mudanças tanto no campo político, quanto no administrativo, visando o aumento da eficiência e do desempenho da coisa pública.

Politicamente, as instituições democráticas enfrentaram o desafio de ampliar a participação e o controle da administração pública pelos cidadãos. Com uma repactuação da estrutura federativa, quando se fortaleceram as instâncias subnacionais, tais como estados e municípios (Rocha, 2009), surgiram formas inovadoras de gestão representadas por orçamentos participativos, parcerias com a sociedade civil e iniciativas de internacionalização.

Do ponto de vista administrativo, os anos 1990 viram uma gradativa adoção do modelo gerencial, baseado na eficácia e no controle dos resultados. Paralelamente, o Estado vem estudando formas de alterar sua estrutura organizacional, melhorando as formas de descentralização, em particular, aprofundando a horizontalidade das tomadas de decisão.

Depois de décadas de prevalência de projetos elaborados “de cima para baixo” e “de dentro para fora”, pensados por políticos profissionais e técnicos, sem ouvir a população, iniciaram-se reflexões sobre como promover a descentralização e a democratização, visando à ação colaborativa entre atores diversos.

Mas, para Milton Santos (2009) o reconhecimento da importância da participação da sociedade na coisa pública pela legislação brasileira não resulta exclusivamente de uma iniciativa do Estado. Para o autor vem ocorrendo um fortalecimento de ideias na política, que tem minimizado a ampliação do utilitarismo. Como resultado reforçou-se a ética, chamando indivíduos e coletividade à responsabilidade pela consolidação da democracia, construindo um caminho para a cidadania. Contudo, Santos (2009) admite que ainda falta muito para a consolidação desse processo. Afirma que a consolidação da democracia e da cidadania ocorre a partir do “cidadão num lugar”, como aquele que se envolve nas soluções locais, sem perder de vista o global. Ai

estaria a cidadania plena: a transformação do cidadão que é um simples usuário da cidade em um cidadão cocriador do seu lugar.

Concorda-se com Morin (2013, p.81) que a democracia participativa com base nas experiências locais diminui a postura “apática”, marcada pela “insignificância do pensamento político” e pelo “desinteresse dos cidadãos”, condição que incapacita gestores públicos e sociedade civil de enfrentarem “os grandes desafios da era planetária”. Para chegar a esse ponto o cidadão deve ouvir, participar, responsabilizar-se e debater sobre as questões da sua localidade. Esse formato “permitira discutir em nível local os problemas de interesse nacional e até mesmo planetário” (Morin, 2013, p. 82-83). Em outros termos, deve-se implantar um novo tipo de governança, unindo as instâncias participativas cidadãs, políticas e administrativas, locais e regionais e técnicos. O autor apresenta uma ideia ampliada de governança (*governance*), ultrapassando, por exemplo, a noção tradicional do Banco Mundial, que a define como a forma adotada pelo Estado para administrar os recursos sociais e econômicos de um ente federativo visando o seu desenvolvimento (The World Bank, 1992). Como Milton Santos (2009), também para Morin (2013) a resposta está no lugar. No espaço que faz sentido para aqueles que o habitam.

Superar desigualdades e o isolamento, transpor especializações e ultrapassar fronteiras de conhecimento de maneira a auxiliar a sociedade ocidental a lembrar daquilo que parece ter esquecido: religar-se entre si, ao meio ambiente e ao local do qual faz parte formando comunidades, por meio do reforço das relações de vizinhança, de proximidade. Avançar na construção de uma cidadania para além da participação, em direção ao envolvimento, que para Morin (2013) significa o empoderamento da sociedade civil, conquistado com a progressão em liberdade e autonomia, atingindo níveis altos de solidariedade.

A orientação desenvolvimento/envolvimento significa que, fundamentalmente, o objetivo não é mais o desenvolvimento de bens materiais, de eficácia, de rentabilidade, do calculável; é também o retorno de cada um às suas necessidades interiores, à estimulação das aptidões de compreender o outro, próximo e distante, [...]. O envolvimento significa a manutenção da inserção em sua cultura, suas comunidades, a primazia da qualidade poética do viver. O desenvolvimento favorece o individualismo. O envolvimento favorece a comunidade (Morin, 2013, p. 44).

Conhecer a sua própria cultura e compreender-se como comunidade, torna o município mais forte para enfrentar demandas atuais, como pela internacionalização.

1.2. A cultura local como matéria-prima para cooperação regional e internacional

Com o artigo 18 da Constituição, os municípios tornaram-se entes federativos, com recursos e autonomia fiscal e administrativa. Também constituíram uma agenda independente da União, podendo não

aderir às políticas públicas federais (Arretche, 2004). Se essa descentralização pode ser considerada um avanço, por outro lado, com o passar dos anos acabou por agravar as já expressivas desigualdades entre os municípios, em decorrência da sua execução pouco eficiente.

Diante dessa realidade tornou-se um desafio para a gestão pública municipal capacitar-se para exercer essa autonomia, por meio do aprendizado político e da busca de ferramentas que lhes possibilitem identificar suas singularidades, gerando condições para a melhoria da qualidade de vida a partir da sua identidade. Na outra ponta desse mesmo processo há o desafio de diminuir o insulamento administrativo e econômico, para o qual, um dos caminhos possíveis é a internacionalização.

De acordo com a cartilha elaborada, em 2008, pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), cujo objetivo é apresentar instrumentos para a “inserção internacional dos municípios brasileiros” (CNM, 2008, p.8), o estabelecimento de relações internacionais seria uma atividade meio para se promover o desenvolvimento sustentável das localidades, por intermédio da busca de financiamento e a troca de experiências. Entretanto, segundo Santos (2010) para ter capacidade jurídica internacional, o município precisa de dois elementos: (1) competência para atuar externamente, ou seja, obter o aval da União, seja por meio de leis constitucionais ou por uma permissão do governo central para o estabelecimento de atividades externas; (2) deve efetuar relações de fato com outros membros da comunidade mundial, sejam eles outras localidades, organizações internacionais ou instituições privadas.

Além disso, ainda deve ser considerado o contexto mundial, no qual “decisões em temas de competência municipal são tomadas em âmbito internacional sem que as autoridades locais possam nem sequer elaborar recomendações” (CNM, 2008, p.40). Para reverter esse quadro, a cartilha argumenta que as localidades têm criado meios de representação política e de convergência de ideias para diversos assuntos presentes na agenda internacional.

Para a CNM (2008) há quatro principais formas de se promover a internacionalização de uma localidade: a política internacional, o marketing urbano, a promoção econômica e a cooperação descentralizada. A política internacional consiste na participação de fóruns, assim como no desenvolvimento de políticas e na valorização de uma identidade local para a atração de investimentos. Já o marketing urbano pode ocorrer, por exemplo, pela promoção da marca da cidade, e da sua visibilidade com os eventos internacionais. A promoção econômica envolve a atração de investimentos econômicos externos diretos (IED), a promoção turística e o desenvolvimento do comércio exterior. Quanto à cooperação descentralizada, esta preza pela mobilização de recursos, sejam eles financeiros ou técnicos. Exemplos são encontrados em São Paulo, Porto Alegre, Betim entre outras, que sediaram eventos internacionais, receberam financiamentos e assinaram acordos de irmandade (CNM, 2008; Onuki, Oliveira, 2013).

Mas, cabe destacar que estratégias de cooperação internacional ou regional terão mais chances de

sucesso se os municípios tiverem as suas potencialidades diagnosticadas. Robert M. Solow, prêmio Nobel da Economia, afirmou que a “longo prazo, lugares com forte e distinta identidade têm chance de prosperar mais do que aqueles que não a possuem”. As “cidades devem conhecer seus atributos de identidade mais fortes e desenvolvê-los. Ou correrão o risco de serem tudo para todos e nada de especial para ninguém” (Solow *apud* Shluger, 2014, p.14). Essa afirmação uma dinâmica complexa: os municípios precisam aprender a lidar com as rápidas mudanças culturais e econômicas, provocadas pelo intenso e rápido fluxo de capitais, pessoas e informações, ao mesmo tempo em que precisam valorizar suas identidades como elemento de desenvolvimento e qualidade de vida das populações locais.

Um exemplo internacional citado por Duarte (2012) é o caso do museu de Mértola, em Portugal, onde houve a sua integração nos circuitos culturais nacionais e internacionais por meio de cooperações e eventos promovidos dentro do museu. Valorizando a forte presença da cultura islâmica na região, foi criado o Festival Islâmico, que ressalta a identidade local com uma semana marcada por concertos, teatros, danças, mostras de gastronomia e conferências. Além disso, há a associação entre produtores locais, nacionais e internacionais, para a comercialização de produtos que respeitem o meio ambiente e os saberes tradicionais. Juntamente com outros 13 países do Mediterrâneo, o museu formou uma rede de cooperação com o intuito de facilitar o acesso online a exposições e marcos da cultura islâmica, acreditando que a divulgação desta realidade cultural pode aproximar realidades culturais, gerando trabalho, renda e qualidade de vida.

Essas conexões que visam vencer o insulamento municipal não vêm ocorrendo apenas no plano internacional. No Brasil existem casos de municípios que forma redes como meio de equacionarem questões comuns, que ultrapassam as suas fronteiras. Consórcios, redes intermunicipais e regiões metropolitanas estão surgindo no território nacional. Dois casos exitosos é a dos nove municípios do circuito das águas paulistas, organizados no Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Polo Turístico e o Consórcio Intermunicipal Culturando, iniciativa inovadora na área de cultura, que reuniu municípios do interior do estado de São Paulo. Quanto às regiões metropolitanas, criadas a partir de identidades, ainda que somente geográficas em alguns casos, elas têm como base, a cooperação. No caso do Estado de São Paulo, foram estabelecidas seis regiões metropolitanas. A mais recente é a de Ribeirão Preto criada em 2016, com 34 municípios.

2. Referências culturais como base para políticas públicas democráticas

Até aqui se discutiu as referências culturais, que revelam as marcas visíveis da diversidade cultural e das identidades da localidade, podem tornar-se um dos objetivos das políticas públicas municipais que desejam inovar sem perder suas características próprias.

Refletindo sobre o processo de investigação-ação nos municípios do interior do estado de São Paulo,

por meio do projeto “Patrimônio Cultural na Cidade Criativa”, é possível cotejar que a elaboração de políticas públicas municipais ainda não envolve a sociedade civil e não leva em conta as referências culturais que dão forma às identidades culturais locais

Diante do contexto que foi apresentado por este artigo e correlacionando com a realidade dos municípios paulistas, constata-se que a falta de políticas participativas e do reconhecimento e valorização das singularidades locais, são elementos que dificultam a construção da cidadania plena, bem como a geração de condições para o desenvolvimento sustentável das localidades.

Em todos os municípios visitados, a oficina era iniciada com a pergunta sobre o que havia de singular na localidade, o que, na percepção dos participantes, era considerado como uma referência cultural do município. Em quase toda a totalidade (cerca de 80%) a resposta foi que nada havia de singular, de particular. Outras questões reconhecidas foram: o desconhecimento dos gestores públicos em relação à diversidade cultural do seu município; a falta de políticas de envolvimento dos grupos sociais locais de discussão e elaboração de políticas públicas; e o desconhecimento do potencial que as referências culturais representam para o fomento de políticas em várias áreas, tais como: economia, social, saúde, cooperação etc. Outro aspecto é que os gestores demonstram não saber o caminho para a execução de um diagnóstico de referências culturais que pudesse subsidiar políticas públicas municipais.

Com base nisso, considerou-se que nos municípios onde a construção de políticas públicas não envolvem os grupos formadores do município, se faz necessário elaborar projetos de identificação e reconhecimento das suas peculiaridades culturais; reconhecer os grupos sociais com características identitárias próprias; compreender as expectativas e produções de significados desse grupo; e, finalmente, elaborar um plano de gestão pública que respeite essa diversidade.

Diante disso, foram elaboradas diretrizes norteadoras que podem ser resumidas em quatro perguntas a serem feitas no momento de se construir políticas públicas: O que? Para quem? Por quê? Como?

A primeira delas “**O que?**”, diz respeito ao objeto de intervenção do Estado, o campo que será regulamentado por marcos legais e controlado por órgãos e mecanismos de planejamento e controle. É importante que ao identificar o objeto de uma política pública se contextualize a situação na qual está inserido, compreendendo-o no tempo e no espaço, como fruto de uma construção histórico-social.

O estabelecimento da governança política, entendida como a tomada de decisão para a formulação de políticas públicas (Dias; Matos, 2012) permite a articulação de interesses entre o governo, cidadãos e grupos, exercitando os direitos e mediando diferenças e conflitos. Para que isso ocorra, é necessário que se pergunte “**Para quem**” se elaborará a política pública? A resposta aqui poderia ser rápida: para a localidade, já que a luz está focada na cidade. Mas, nesse caso, não estaria se considerando a diversidade da sociedade

brasileira, mesmo que restrita a um município. Ocorre o risco de conduzir uma ação com caráter único, em uma sociedade marcada pela “desigualdade natural das necessidades culturais” (Bourdieu e Dardel 2003, p. 69). Por isso, a identificação dos atores envolvidos é fundamental: homens, mulheres; adultos, crianças/jovens; brancos, negros; nativos, imigrantes; urbanos, rurais; empregados, empregadores; religiosos, laicos; políticos, eleitores; analfabetos funcionais, letrados academicamente; entre outras possibilidades. A negação da diversidade pode resultar em políticas públicas universalizantes, que não levam em conta as especificidades de cada grupo. Um exemplo é a política pública do estado brasileiro na área da educação. Por décadas todos entoavam o slogan “Educação para todos”, mas poucos o debatiam, certos de que esta assertiva retórica bastava como reivindicação, de qual educação se estavam falando e quem eram todos: todos os brancos, todos os ricos, todos os urbanos?

Não há como implantar uma política pública democrática sem levar em conta os inúmeros envolvidos e seus interesses diversos. Para Bourdieu (2007) isso ocorre quando os emissores de políticas públicas buscam o conhecimento sobre os consumidores e produtores de bens culturais. Ao fazê-lo torna-se possível identificar as variadas e diversas maneiras e condições sociais de apropriação desses bens. Ao indagar “Para quem?” questiona-se sobre quais são as porções da sociedade que serão atendidas e quem são os indivíduos, grupos, organizações, movimentos, partidos, entre outros, capazes de influenciar na elaboração, implantação e avaliação da política.

O próximo passo é questionar “**Por quê?**”. Nesse ponto, cabe ao analista compreender as motivações e justificativas dos diversos grupos interessados. Devem-se identificar os diferentes significados atribuídos ao objeto da política pública. Assim, formula-se uma ideia mais clara de suas percepções, expectativas e anseios em relação às ações governamentais, em uma determinada área. É importante observar se os diversos atores foram ouvidos.

Essas quatro perguntas auxiliam no refinamento da escuta dos problemas sociais, sendo capaz de embasar uma política cultural mais democrática, “que reconhece a existência da diversidade de públicos, com visões e interesses diferenciados” (Calabre, 2007, p.11). Essa postura tende a reduzir a exclusão de uma parcela da população brasileira do processo de elaboração de políticas públicas, tornando-a mais apta a estabelecer relações entre os direitos de cidadania universais, ao mesmo tempo em que valoriza e reconhece as especificidades dos envolvidos (sua identidade), representadas em suas referências culturais. São considerados de maneira conexa, a diversidade cultural e o compartilhamento de múltiplos códigos de comunicação.

Finalmente, a última pergunta a ser feita é “**Como?**” Isso significa identificar, compreender e avaliar o plano de gestão proposto pelo governo para a sua intervenção em um determinado campo das práticas cotidianas. O planejamento e a gestão revelam-se como os pontos frágeis das políticas públicas de cultura no Brasil. Não raro, as ações governamentais não apresentam nexos entre o que dizem buscar e as iniciativas

que são colocadas em prática. A estratégia é traçada, mas não se define com clareza como alcançá-la. Identificar a existência de um planejamento estratégico, com objetivos e metas, demonstra que a política pública avançou na construção e implantação de ferramentas que garantam a sua consecução, atingindo a sua missão, que é atender as necessidades da sociedade em sua diversidade.

Conclusões

Para considerar a importância da identificação das referências culturais como base de políticas públicas municipais é necessário suspender as barreiras entre os agentes públicos e a sociedade civil, aparentemente colocados em lados opostos no campo dos interesses, religando-os em torno do bem comum. Esse processo exige uma nova configuração de cidadania. Avança para além dos direitos e deveres, sugerindo a empatia, ou seja, a capacidade de se colocar no lugar do outro e entendê-lo. Pede envolvimento, uma postura de deslocamento do “eu” em direção ao “outro”, que abrange um cuidar daquilo que está para além do ego e encontra o eco, o coletivo.

Para que isso ocorra é preciso o estímulo à reflexão, de maneira que tanto gestores como membros das comunidades tornem-se conscientes de quem são e quais os seus papéis. Dessa maneira, acredita-se ser possível construir políticas públicas que atuem no local, mas que pensem de forma integrada nos interesses regionais, nacionais e planetários.

Reconhece-se como uma limitação dessa pesquisa o fato de ter sido aplicada em nove municípios (atendendo durante a ação outros 13, totalizando 22), não podendo, portanto, serem os resultados generalizados para o todo o Brasil. Contudo, acredita-se que o estudo revela a realidade do interior do estado de São Paulo, mais precisamente do nordeste paulista, onde foi aplicada.

Baseando-se na realidade desses municípios, é possível afirmar de maneira consistente algumas questões a eles relacionadas: (1) a recente descentralização política trouxe novos desafios para as localidades, que devem buscar seu desenvolvimento tanto a nível regional, quanto a nacional e internacional. (2) o não reconhecimento das referências culturais nos municípios leva a construção de políticas públicas não democráticas e representativas; (3) há um distanciamento do poder público em relação à sociedade civil, no que tange à elaboração de políticas públicas; (4) a necessidade de se promover um amplo debate sobre a ideia de “cultura” empregada nas políticas públicas dos municípios estudados; e (5) o desconhecimento por parte dos gestores municipais da diversidade cultural do seu município e de como esta pode ser um potencial para a melhoria da qualidade de vida da população.

Por exemplo, no caso de Ribeirão Preto, que em 2014 investiu 0,7% de seu orçamento no setor, significa a não apropriação do conceito em sua amplitude, mas sim, em sua forma restrita às artes, quando não, apenas como entretenimento. Entender cultura como o modo de vida, como prática social é considerado,

assim, como essencial para o desenvolvimento de políticas públicas democráticas, que respeitam e valorizam a diversidade como base das demais dimensões da realidade social.

Se a mudança se materializa no jeito diferente de fazer o que até então vinha sendo feito, ou seja, uma ruptura do mesmo a favor de outro *modus operandis*, é fundamental a apropriação da realidade para a propositura do novo. Só quando eu sei o que eu tenho é possível avaliar a necessidade da mudança e quanto mais eu sei, mais ampla é a minha visão da transição necessária. Considerando a cidade como o sujeito desta articulação, que é o caso neste artigo; que a realidade é histórica e socialmente construída, reconhecer a trajetória da cidade, das pessoas e das pessoas em relação à cidade, é condição *sine qua non* para o êxito de qualquer proposta de política pública para a gestão do município.

Foi este silogismo que empoderou os pesquisadores do IPCCIC a confirmarem a importância do diagnóstico das referências culturais como base para a gestão e administração das cidades que se desejam criativas e humanas.

Referências

- Arretche, M. (2004). Federalismo e Políticas Sociais No Brasil problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2): 17-26, 2004.
- Barros, J. D'A. (2005). História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. *Revista Escritas*, UFT.
- Bobbio, N.; Matteucci, N. e Pasquino, G. (1993) *Dicionário de política*. Trad. João Ferreira. Brasília: UNB
- Bourdieu, P. (2007). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.
- _____. e Darbel, A. (2003) *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp/Zouk.
- Bresser-Pereira, L. C. (2001) Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: Pinheiro, W (org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia das Letras.
- Calabre, L. (2007). Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *III Enecult*. Anais do Terceiro encontro de estudos multidisciplinares em Cultura. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA.
- Confederação Nacional Dos Municípios – CNM. (2008) *Atuação Internacional Municipal: estratégias para gestores municipais projetarem mundialmente sua cidade*. Brasília: CNM. Recuperado de: <http://www.paradiplomacia.org/upload/downloads/10b6220b1a4085fc6c34b03377715020munic-brasil.pdf>
- Dias, R; Matos, F. (2012) *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas.
- Duarte, A. (2012) *Museu e Desenvolvimento Local: O Museu como Instrumento de Internacionalização da Cultura Local*. SIAM. Series Iberoamericanas de Museologia. Vol. 3. Recuperado de: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11507/57110_9.pdf?sequence=1.
- Fonseca, C. L. (2006). Referências Culturais: base para novas políticas públicas. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial*. Brasília: Iphan, p. 85-99.

- *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: IPHAN, 2000.
- Ipccic. *Relatório de Pesquisa 2016*. Retirado de: <http://www.ipccic.com/seminrio>.
- Mead, L. (1995, fev.) Public Policy: Vision, Potential, Limits. *Policy Currents*. Recuperado de: http://politics.as.nyu.edu/docs/IO/5397/v53.0306_mead_f07.pdf.
- Morin, E. (2013). *A Via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Onuki, J.; Oliveira, A. (2013). *Paradiplomacia e Relações Internacionais: a experiência da cidade de São Paulo*. São Paulo: Centro de Estudos das Negociações Internacionais, USP. Recuperado de: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/WP%20Janina_Amancio%20-%20Paradiplomacia.pdf
- Rémond, R. (org.). *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. 2ª. Ed, Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- Rocha, R. (2009) A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 1, n. 11, São Luis/MA.
- Santos, C. M. F. (2010). *Capacidade Jurídica Internacional dos Municípios*. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. São Paulo, Unesp - Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília, SP, 2010.
- Santos, M. (2009) *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record.
- The Word Bank. (1992) *Governance and Development*. Washington, DC. Recuperado de: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/604951468739447676/pdf/multi-page.pdf>.
- Shluger, Ephim (org.). (2014). *Cidades em Transformação*: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Nova York, Londres, Havana. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro.
- Tripp, D. (2005, set./dez). *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466.